

Regiões metropolitanas são principal desafio para o Desenvolvimento

Brasília — As regiões metropolitanas representam o maior desafio para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, concentrando mais de 40% da população brasileira, acumulando problemas e deteriorando a qualidade de vida de seus moradores.

As cidades agrupadas nessas regiões constituem hoje uma faixa de poder situado entre os Estados e os Municípios, representando um fenômeno novo na administração. O propósito do Ministro Flávio Peixoto é enfrentar o problema, considerado “emergência” pela Comissão para o Plano de Ação do Governo (Copag), que assessorou o Presidente Tancredo Neves após sua eleição.

Os projetos de habitação e saneamento, em fase de elaboração no Ministério, chegarão às mãos dos Ministros da área econômica na próxima semana, candidatando-se a uma fatia da verba de Cr\$ 15 trilhões ao lado da prioridade concedida à produção de alimentos.

Nesta primeira fase, temos que cuidar da organização do Ministério e começar a interferir nos problemas urbanos e no meio-ambiente, com a pressa que a nação exige, mas sem mágicas ou milagres — afirma o Ministro Flávio Peixoto.

São nove as regiões metropolitanas, somando 117 municípios com problemas sérios nos setores de habitação, meio-ambiente e transportes, configurando uma situação que “se não atendida, acabaria por comprometer a fisionomia do Governo, gerando riscos ao Estado democrático”, constata o Ministro Flávio Peixoto.

O Ministério buscará uma “interação dos diversos órgãos municipais, estaduais e federais que interferem na vida urbana”, adianta o Ministro, alertando que, qualquer que seja o caminho, o processo tem que passar “necessariamente por uma ampla negociação com a sociedade civil, através de suas lideranças comunitárias e desembocar na Constituinte”.

O quadro profissional para enfrentar este desafio, registra o professor Benício Schmidt, especialista em Política Urbana na Universidade de Brasília, “é de qualidade”, constituído por “um respeitável time de planejadores e técnicos em urbanismo”. Contudo, teme a falta de entrosamento entre órgãos públicos, como as empresas estatais, responsáveis por alguns contratemplos na vida das grandes cidades.

Benício Schmidt exemplifica lembrando que em Porto Alegre “uma pendenga jurídica entre a Rede Ferroviária Federal e a Petrobrás prolongou por oito anos a instalação do metrô de superfície, no trecho entre Sapucaia do Sul e a capital.

No Congresso, onde tramitam projetos sobre diversos assuntos, a preocupação com os problemas das Regiões Metropolitanas não parece ser grande. No total, há 16 projetos (15 na Câmara) sobre regiões metropolitanas, três dos quais pedem a inclusão de mais municípios nas Regiões Metropolitanas de Recife e Belo Horizonte.

Uma ação comum nas áreas de habitação e saneamento será desencadeada na primeira fase, como garante o secretário-geral do Ministério, Atila Godoy. A ênfase será dada ao saneamento, “atividade que permite a atuação de grandes e pequenas empresas e cria novas oportunidades de emprego, além de tornar mais saudável o ambiente urbano”, garante o Ministro Flávio Peixoto.